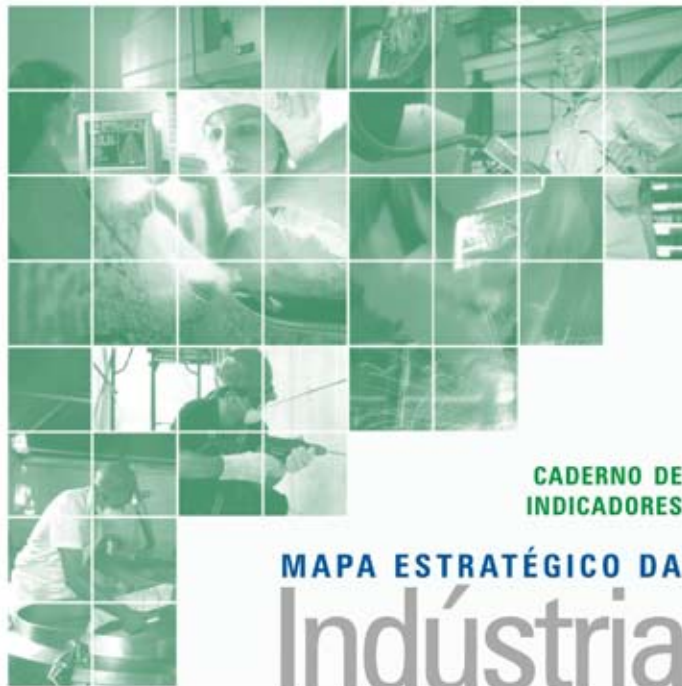




Fórum Nacional da Indústria

3º RELATÓRIO DE GESTÃO



CADERNO DE
INDICADORES

MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

 2007 - 2015

Brasília
2008

3º RELATÓRIO DE GESTÃO

CADERNO DE INDICADORES

**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015**

Sumário

1. Introdução	5
2. Quadro de Acompanhamento das Metas	6
3. Análise dos Indicadores	
■ PIB	8
■ PIB Industrial	10
■ Produtividade na Indústria	12
■ Taxa de Desemprego	14
■ Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção do PIB	16
■ Crédito em proporção do PIB	18
■ <i>Spread</i> Bancário	20
■ Taxa Real de Juros	22
■ Carga Tributária	24
■ Oferta Interna de Energia	26
■ Investimento em Infra-Estrutura dos Transportes em proporção do PIB	28
■ Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	30
■ Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB	32
■ Programa Internacional de Avaliação de Ensino - PISA	34
■ Domicílios com acesso à internet	36
■ Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra	38
■ Índice de GINI	40
■ Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	42



Introdução

O Caderno de Indicadores apresenta a evolução e análise dos 18 principais indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007		2010		Situação Atual Março de 2008		Situação em maio de 2007
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/IBGE	5,7% (2004) 3,2% (2005) 3,8% (2006) 5,4% (2007)	5,5% a.a (Taxa média até 2010)				Convergingo para a meta	↑	Distante da meta
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/IBGE	7,9% (2004) 2,1% (2005) 2,9% (2006) 4,9% (2007)	7% a.a (taxa média até 2010)				Distante da meta	↑	Distante da meta
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	3,4% (2004) 0,1% (2005) 1,9% (2006) 2,0% (2007)	Crescer 4%a.a	Crescer 6%a.a			Distante da meta	↑	Distante da meta
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,7% (2003) 8,9% (2004) 9,3% (2005) 8,4% (2006)	9,0%	7,0%			Atingiu a meta	●	Convergingo para a meta
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/IBGE	16,4% (2004) 15,1% (2005) 14,6% (2006) 13,9% (2007)	22%	25%			Distanciando da meta	↓	Distante da meta
Crédito / PIB	Banco Central	24,5% (2004) 28,1% (2005) 30,8% (2006) 34,8% (2007)	Alcançar 40% (até 2010)				Convergingo para a meta	↑	Convergingo para a meta
Spread Bancário	Banco Central	35,6% (2004) 36,4% (2005) 34,7% (2006) 28,4% (2007)	Alcançar 20% (até 2010)				Distante da meta	↑	Distante da meta
Taxas Real de Juros (Selic/IPCA)	Banco Central	13,3% (2005) 10,6% (2006) 7,9% (2007)	Alcançar 6% (até 2010)				Convergingo para a meta	↑	Convergingo para a meta
Carga Tributária	Receita Federal	31,9% (2003) 32,7% (2004) 33,7% (2005) 34,2% (2006) 34,9% (2007*) *Estimativa CNI	33%	30%			Distanciando da meta	↓	Distanciando da meta

Legenda:

- Atingiu a meta
- ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
- ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta
- ↑ Convergingo para a meta
- ↓ Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007		2010		Situação Atual Março de 2008		Situação em maio de 2007
Oferta Interna de Energia	Empresa de Planejamento Energético – EPE	5,4% (2003) 6,3% (2004) 4,6% (2005) 3,9% (2006)	Crescimento médio de 7% a.a Período até 2010				Distante da meta	↓	Distante da meta
Investimento em Infra-estrutura dos transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,05% (2003) 0,11% (2004) 0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22%(2007*) *Estimativa CNI	0,45%		0,50%		Distante da meta	↑	Distante da meta
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	48,0% (2003) 48,8% (2004) 48,2% (2005) 48,5% (2006)	52%		60%		Distante da meta	↑	Distante da meta
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,37% (2003) 0,35% (2004) 0,49% (2005) 0,51% (2006)	0,6%		0,8%		Convergindo para a meta	↑	Sem atualização
Pisa	OECD	368 (2001) 383 (2003) 390 (2006)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015				Distante da meta	↑	Sem atualização
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	11,4% (2003) 12,2% (2004) 13,7% (2005) 16,9% (2006)	18%		25%		Convergindo para a meta	↑	Convergindo para a meta
Renda per capita (PPP)	FMI	8.502 PPP (2003) 9.113 PPP (2004) 9.548 PPP (2005) 10.073 PPP (2006) 10.636 PPP (2007*) *Projeção FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015				Convergindo para a meta	↑	Convergindo para a meta
GINI	PNAD/IBGE	0,545 (2003) 0,535 (2004) 0,532 (2005) 0,528 (2006)	0,54		0,52		Atingiu a meta	●	Atingiu a meta
IDH	PNUD	0,790 (2004) 0,800 (2005)	0,80		0,83		Atingiu a meta	●	Convergindo para a meta

Legenda:

- Atingiu a meta
- ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
- ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta
- ↑ Convergindo para a meta
- ↓ Distanciando da meta

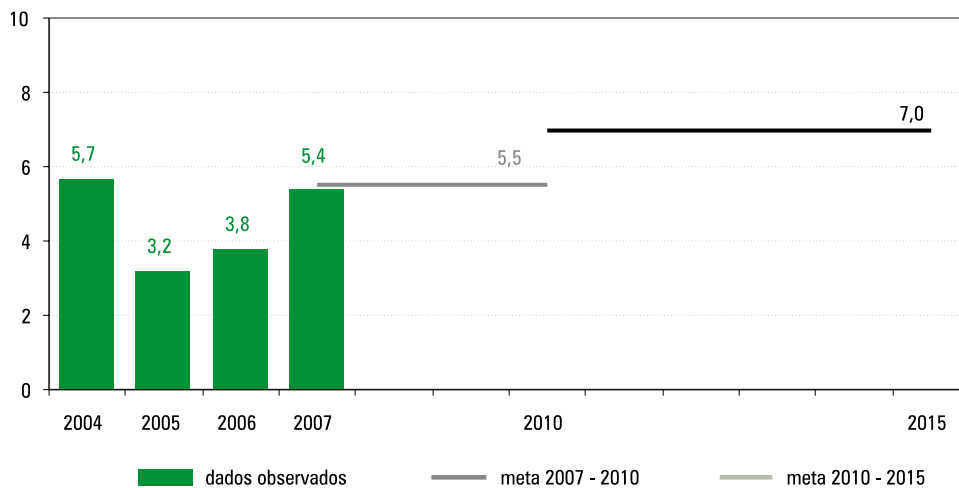
1. PIB

Descrição: Variação percentual anual do Produto Interno Bruto do País.

Fonte: Contas Nacionais / IBGE

Meta: ■ 5,5 % a.a (Taxa média até 2010)
■ 7,0 % a.a (Taxa média de 2010 a 2015)

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

A economia brasileira expandiu-se, em média, 2,6% ao ano entre 1997 e 2006. Em 2007, a taxa de crescimento do PIB elevou-se a 5,3%, o dobro do ritmo usual de expansão na década. Além disso, o PIB brasileiro cresce mais que a média do mundo em 2007, estimada em 4,9% pelo FMI.

Para 2008, o dinamismo da demanda interna – impulsionada pela expansão da renda das famílias e pela ampliação do crédito – e a liderança dos investimentos na expansão do PIB sustentam o cenário promissor ao crescimento da economia.

Não obstante, quatro fatores merecem atenção para a sustentação do crescimento a longo-prazo: a) o ambiente internacional desfavorável, com previsão de iminente recessão nos Estados Unidos afetando países emergentes; b) a contribuição negativa do setor externo no PIB, influenciado pela valorização do real; c) a infra-estrutura deficiente e o ambiente de negócios inapropriado, que oneram crescentemente os custos de produção no Brasil; e d) a alta carga tributária.

Agenda

- Trabalhar por reformas que visam a desoneração dos custos de produção, como as reformas tributária, previdenciária e das relações de trabalho.
- Reduzir o gasto público, como forma de viabilizar a queda da taxa de juros e estimular o crescimento econômico.
- Atuar na aprovação de medidas que visem a melhoria do ambiente de negócios, com ênfase na desburocratização e na definição de marcos regulatórios claros em setores ligados à infra-estrutura.
- Estimular as Parcerias Público-Privadas, como forma de aumentar o investimento no Brasil.

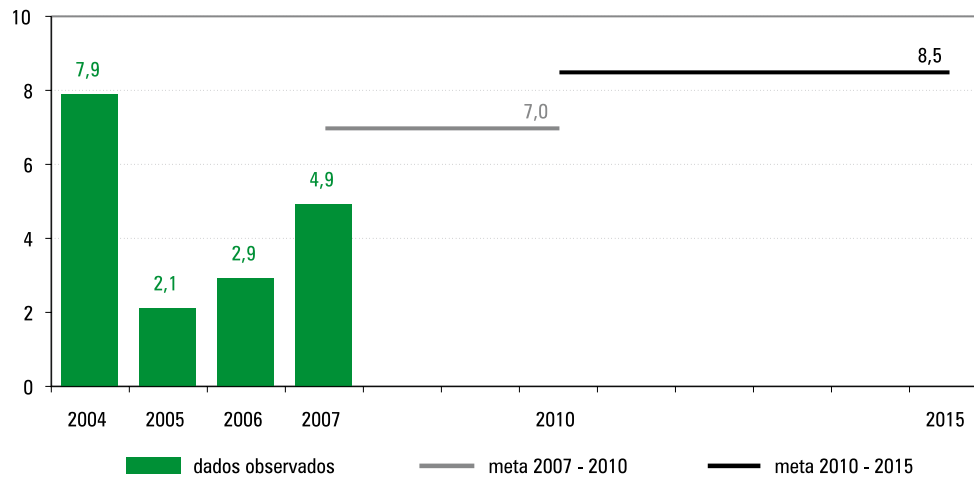
2. PIB Industrial

Descrição: Variação percentual do PIB da Indústria no ano.

Fonte: Contas Nacionais / IBGE

Meta: ■ 7,0 % a.a (Taxa média até 2010)
■ 8,5 % a.a (Taxa média de 2010 a 2015)

Status: ⬆ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

O desempenho da indústria é muito vulnerável às flutuações da atividade econômica. Geralmente lidera o crescimento do PIB em períodos de maior expansão da atividade econômica. Em contrapartida, é o setor mais atingido em períodos de menor dinamismo.

A indústria brasileira apresentou ótimo desempenho em 2007, acompanhando a expansão da renda e do crédito. O PIB industrial ampliou-se 5,5% em 2007, contra uma média de expansão de 2,0% ao ano entre 1997 e 2006.

O crescimento da produção não é homogêneo, embora alcance a maior parte dos setores industriais. As taxas de crescimento são mais intensas entre três tipos de produtos: a) bens de capital, favorecidos pelo processo de expansão do parque produtivo; b) bens de consumo de maior valor, cujas vendas são muito influenciadas pela expansão do crédito; c) bens em que a demanda externa é forte e crescente.

A persistente valorização do real emerge, entretanto, como entrave à competitividade dos produtos brasileiros, não apenas no mercado internacional, como no próprio mercado brasileiro. A perda de competitividade frente aos produtos chineses merece destaque.

Agenda

- Atuar para que a política industrial contemple as sugestões apresentadas pela indústria nas áreas de investimentos, comércio exterior e inovação.
- Intensificar a desoneração tributária dos investimentos.

3. Produtividade na Indústria

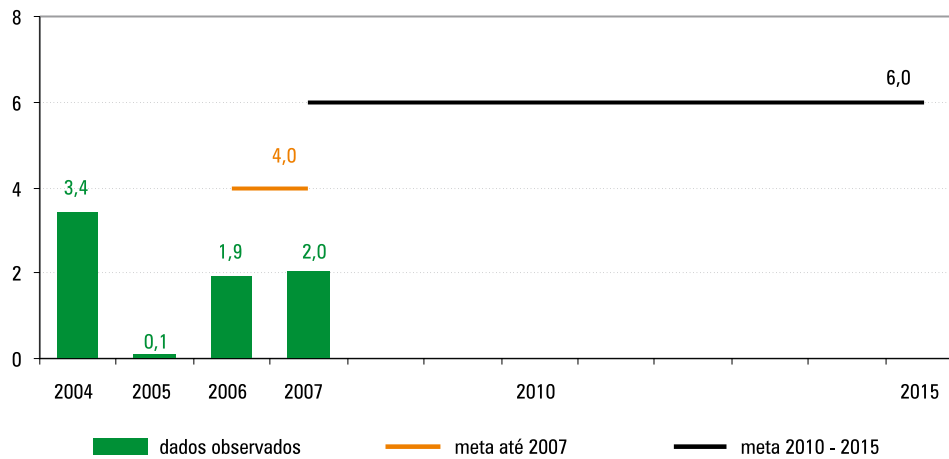
Descrição: Variação do Índice de Produção Industrial / IBGE em relação ao índice de horas trabalhadas / CNI.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal / IBGE e Indicadores Industriais / CNI.

Meta:

- Crescer 4% a.a (até 2007)
- Crescer 6% a.a (de 2007 a 2010)
- Crescer 6% a.a (de 2010 a 2015)

Status: ⬆ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

A produtividade na indústria vem se expandindo a uma taxa que se aproxima de 2% ao ano, metade do ritmo proposto na Meta dos Indicadores. Na segunda metade da década de 90, quando a indústria passava por um momento de reestruturação, a produtividade da indústria chegou a aumentar a um ritmo superior a 5% ao ano.

Embora ainda distante da meta e do resultado da década passada, é importante destacar que o aumento da produtividade no biênio 2006/2007 ocorre sob uma nova base, pois vem acompanhada de significativa expansão do emprego e das horas trabalhadas na indústria. No passado, os ganhos de produtividade na indústria estiveram, via de regra, associados a períodos marcados por redução dos postos de trabalho e das horas trabalhadas.

O aumento da produtividade na indústria a longo prazo está estritamente relacionado à expansão dos capitais físico e humano. No que diz respeito à expansão do parque produtivo, o cenário atual é favorável. O investimento cresce acima da média da indústria. A dotação de capital humano no Brasil, por sua vez, permanece como um dos entraves à expansão econômica.

Agenda

- Acompanhar a execução das ações previstas no “PAC da Inovação”, que incorporou sugestões da indústria, como a destinação de recursos para o processo de desenvolvimento tecnológico nas empresas.
- Atuar na aprovação de medidas que visem a desoneração de impostos sobre bens de capital.
- Implementar ações previstas no programa “Educação para a Nova Indústria”, com foco em educação básica, continuada e profissional. Até 2010, pretende-se atingir 16,2 milhões de matrículas no SESI e no SENAI, aumentando a capacitação e a qualificação profissional dos trabalhadores.

4. Taxa de Desemprego

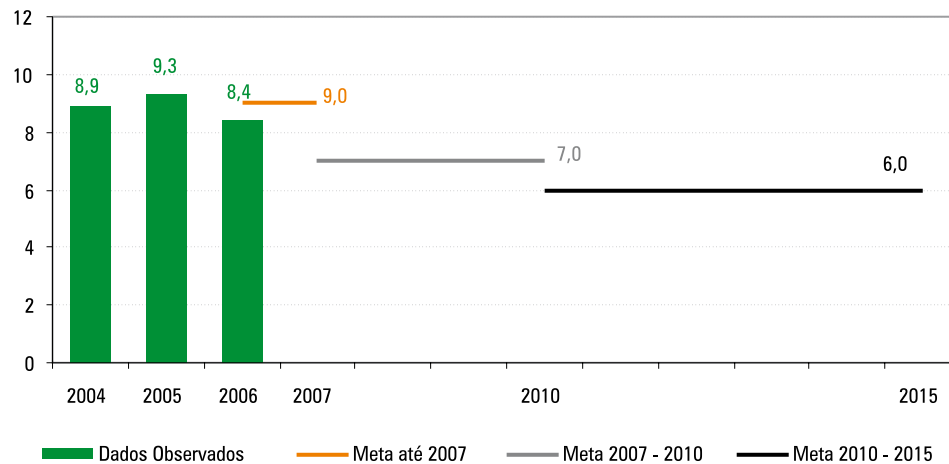
Descrição: Percentual da população brasileira desocupada, em proporção à população economicamente ativa.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

Meta:

- Alcançar 9,0% até 2007
- Alcançar 7,0% até 2010
- Alcançar 6,0% até 2015

Status: ● Atingiu a meta



Tendências

A taxa de desemprego deve recuar para 8,0% em 2007 e convergir para a meta estabelecida no Mapa da Indústria. A expansão da economia, sobretudo da atividade industrial, vem acompanhada de geração de postos de trabalho.

Além disso, o aumento da renda domiciliar – seja pela expansão da massa de salários, seja pelo aumento das transferências de renda do governo – reduz a pressão sobre o mercado de trabalho. Em períodos de expansão da renda familiar, os membros secundários do domicílio – aqueles que não são os principais responsáveis pelo domicílio – são menos compelidos a buscar trabalho para complementar a renda da família. Como consequência, o número de desempregados cai.

Agenda

- Defender a adoção de propostas que flexibilizem as relações de trabalho no país.
- Apresentar propostas para o aperfeiçoamento das regras de terceirização, visando à segurança jurídica e à garantia da competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.
- Posicionar-se contrariamente à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a demissão imotivada.

5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção do PIB

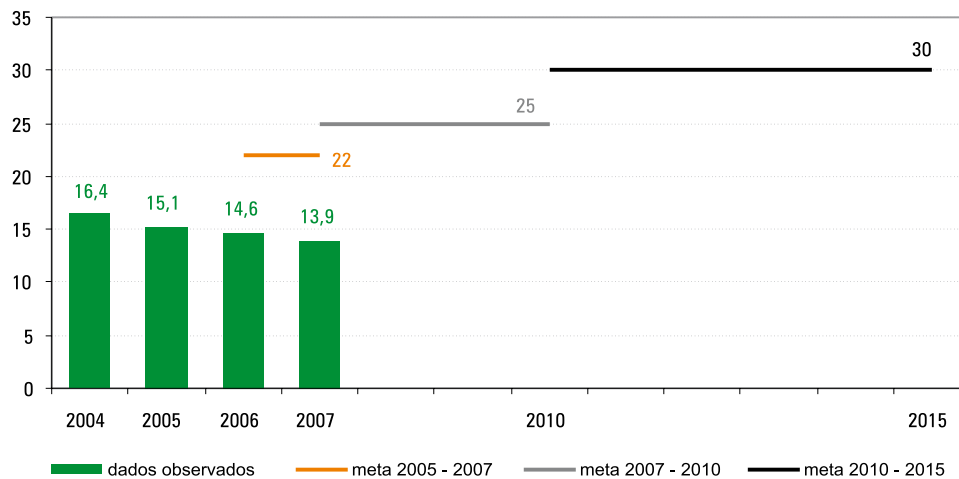
Descrição: Participação das exportações de bens e serviços do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto.

Fonte: Contas Nacionais / IBGE

Meta:

- Alcançar 22% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status: ↓ Distanciando da meta



Tendências

A participação das exportações de bens e serviços no PIB está em queda desde 2004, acompanhando a valorização do real, sobretudo frente ao dólar. O mercado internacional deixa de ser atraente para o exportador, na medida em que a rentabilidade das exportações cai.

Desde 2005 assiste-se ao aumento das exportações brasileiras de produtos em que a demanda internacional é crescente, com destaque para os alimentos (*commodities* agrícolas beneficiadas e carnes), para a extrativa mineral e para os combustíveis (derivados do petróleo e etanol). Para os demais produtos, no entanto, assiste-se a uma perda de dinamismo nas exportações.

Há sinais de que o arrefecimento nas exportações brasileiras persistirá. Na Sondagem de Investimento, realizada pela CNI, apurou-se que apenas 5% dos investimentos previstos para 2008 têm como foco prioritário o mercado externo. Em 2004, 11% dos investimentos tinham como foco prioritário o mercado externo.

Agenda

- Atuar para a efetivação de uma taxa de câmbio competitiva e o ambiente de negócios favorável aos investimentos visando o mercado externo.
- Apoiar a retomada das negociações no âmbito da OMC.
- Apoiar a retomada das negociações entre o Mercosul e a União Européia.
- Ampliar os fluxos de comércio, serviços e investimentos entre o Brasil e o México, com vistas a avançar para um tratado de livre comércio.
- Promover missões empresariais no exterior e participar de reuniões, seminários e encontros de cooperação econômica.
- Aprofundar uma agenda do setor industrial para a América do Sul com base em estudos da CNI sobre os interesses empresariais brasileiros (bens, serviços e investimentos).

6. Crédito em proporção do PIB

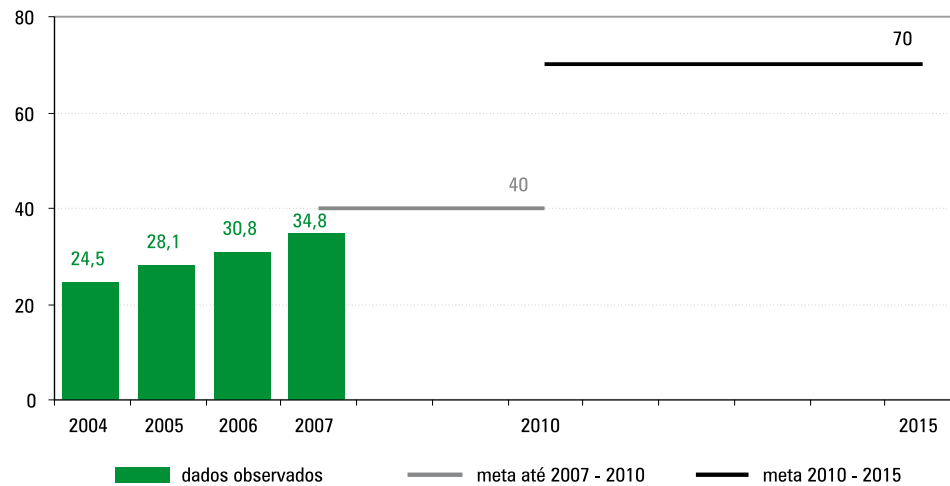
Descrição: Operações de crédito do sistema financeiro (Risco Total) em relação ao PIB.

Fonte: Banco Central

Meta: ■ Alcançar 40% até 2010

■ Alcançar 70% até 2015

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

Embora ainda restrito relativamente ao resto do mundo, o crédito no Brasil vem se expandindo a taxas expressivas. Entre 2004 e 2007 a proporção do crédito no PIB aumentou quase 10 pontos percentuais, elevando-se de 24,5% para 34%.

A expansão do crédito é resultado, em boa medida, de três fatores inter-relacionados: a) controle inflacionário; b) menor flutuação da atividade econômica; e principalmente c) redução da taxa de juros. A aprovação de novas modalidades de empréstimo, como o crédito consignado à folha de pagamento e a instituição de novas regras que facilitam a tomada de crédito imobiliário são também fatores que contribuíram para a expansão do crédito no Brasil.

O controle da inflação e a robustez do crescimento econômico são fundamentais, na medida em que aumenta a disposição tanto dos agentes tomadores como dos fornecedores de crédito a realizarem a transação. Com menos inflação, aumenta-se a previsibilidade na definição dos valores transacionados. Com a economia mais sólida, os agentes emprestadores sentem-se estimulados a elevar os prazos de financiamento, ampliando a capacidade de endividamento do consumidor. Por fim, juros mais baixos implicam menores custos de transação.

Para os próximos anos, o cenário permanece promissor, em especial para o crédito imobiliário. No Brasil, a expansão desse crédito é ainda incipiente, mas com enorme potencial.

Agenda

- Elaborar estudos sobre condições e alternativas de financiamento não-bancário às empresas e sobre cooperativas de crédito.

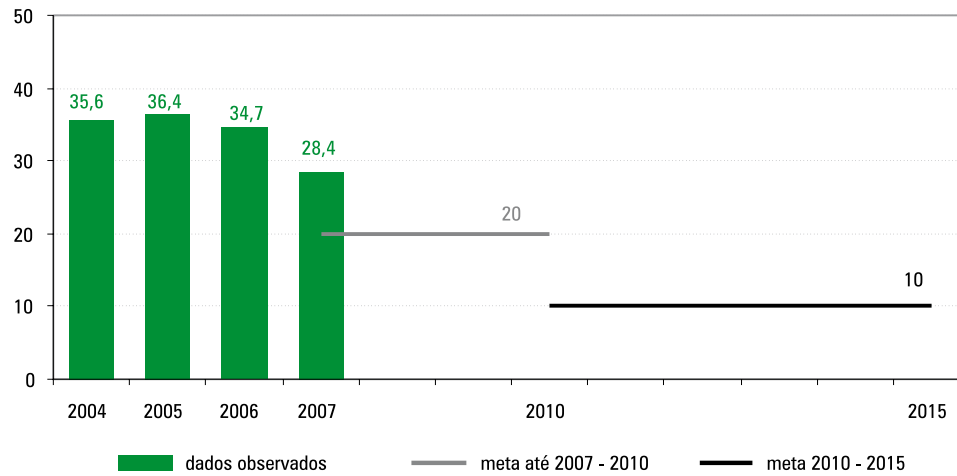
7. Spread Bancário

Descrição: Diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos.

Fonte: Banco Central

Meta: ■ Alcançar 20% até 2010
■ Alcançar 10% até 2015

Status: ⬆ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

O *spread* bancário acompanha a trajetória de queda da taxa de juros. Mas o ritmo de queda é lento. Embora cadente, a taxa básica de juros – taxa pela qual o governo toma recursos – ainda é alta e atrai parcela relevante dos recursos disponíveis para empréstimo. Sobram, portanto, poucos recursos para o setor privado, o que mantém o *spread* bancário alto.

Além disso, as altas alíquotas para o empréstimo compulsório ao Banco Central drenam recursos que poderiam estar voltados ao empréstimo. Com menos recursos disponíveis para empréstimo, estimula-se a manutenção de alto *spread* bancário.

A tendência do *spread* bancário é de queda nos próximos anos, acompanhando a redução dos juros. Além disso, a aprovação de medidas como a do cadastro positivo – que está na agenda do Congresso e visa diferenciar taxas de juros pelo histórico do tomador – possibilitaria a redução do custo do crédito.

Agenda

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à redução do *spread* bancário como: redução das exigências de depósitos compulsórios bancários; regulamentação da medida provisória que disciplina o uso do cadastro positivo; e desoneração tributária (IOF e CPMF) das operações de crédito.

8. Taxa Real de Juros

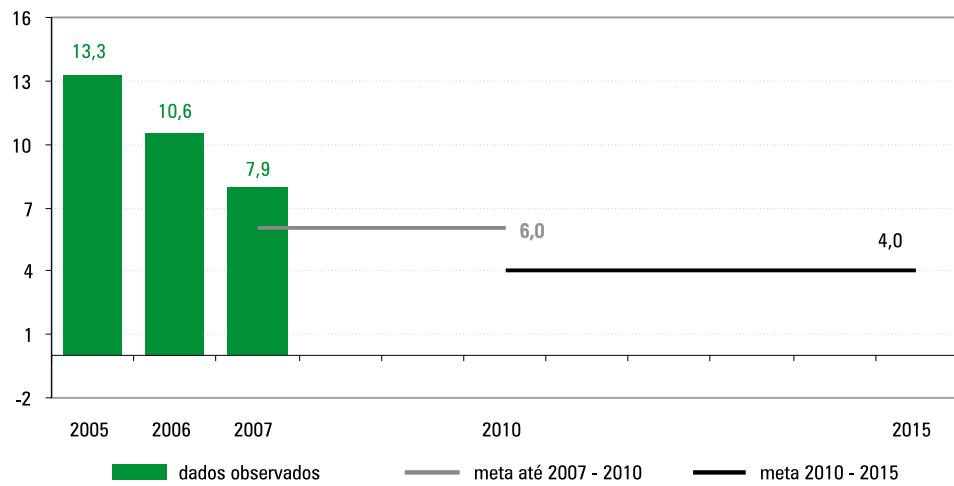
Descrição: Taxa anual básica de juros (Selic) descontada a expectativa de inflação do IPCA para os próximos 12 meses (Relatório de Mercado).

Fonte: Banco Central

Meta: ■ Alcançar 6% até 2010

■ Alcançar 4% até 2015

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

A taxa real de juros declinou em mais de 5 pontos percentuais entre 2005 e 2007, atingindo 7,9% na média de 2007. As perspectivas são de que em 2008 a taxa real de juros permaneça no patamar de 6%, meta estipulada no Mapa da Indústria.

A queda dos juros é o resultado da melhora dos indicadores econômicos, sobretudo do controle da inflação, da menor vulnerabilidade das contas externas e da manutenção do superávit primário das contas públicas.

As perspectivas para o futuro são otimistas, uma vez que o controle inflacionário parece ter sido uma conquista definitiva e o sistema de metas de inflação funcionado bem na economia brasileira. Com inflação sob controle, a tendência dos juros no Brasil é de queda, já que as taxas nos demais países emergentes são bastante inferiores às praticadas no Brasil.

Agenda

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à redução do *spread* bancário como: redução das exigências de depósitos compulsórios bancários; regulamentação da medida provisória que disciplina o uso do cadastro positivo; e desoneração tributária (IOF e CPMF) das operações de crédito.
- Defender a redução do tamanho do Estado para manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos.
- Atuar para o desenvolvimento do mercado de capitais e nas ações visando a redução do custo do capital para as empresas industriais.

9. Carga Tributária

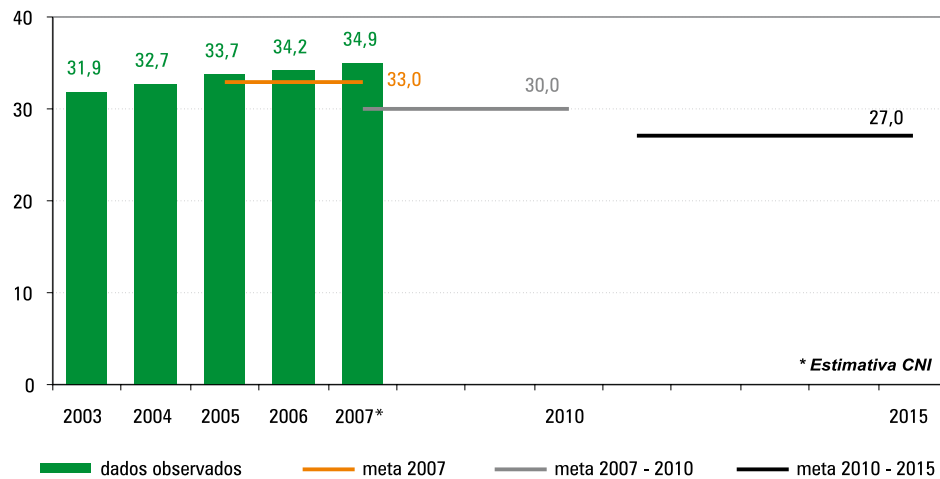
Descrição: Relação entre o total de impostos arrecadados em proporção do PIB.

Fonte: Receita Federal

Meta:

- Alcançar 33% até 2007
- Alcançar 30% até 2010
- Alcançar 27% até 2015

Status: ↓ Distanciando da meta



Tendências

A participação dos impostos no PIB cresce continuamente nesta década e caminha na contramão do que se espera para promover a expansão econômica de longo prazo.

Quando a arrecadação de impostos cresce a um ritmo superior ao da produção, parcela maior da renda gerada no Brasil é desviada do setor privado para o setor público. Essa realocação dos recursos revelada pelas Contas Nacionais é desfavorável ao aumento da produtividade e à expansão sustentada do PIB.

O aumento da carga tributária financia a expansão do gasto público, que cresce, em média, a um ritmo que é o dobro da expansão do PIB. Nesse contexto, apoiar a redução da carga tributária implica trabalhar pela redução dos gastos do governo.

Agenda

- Propor emendas e contribuir ativamente para a tramitação da PEC da Reforma Tributária, no Congresso Nacional;
- Defender a redução do tamanho do Estado para manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos.
- Atuar para a efetivação da reforma da previdência social.

10. Oferta Interna de Energia

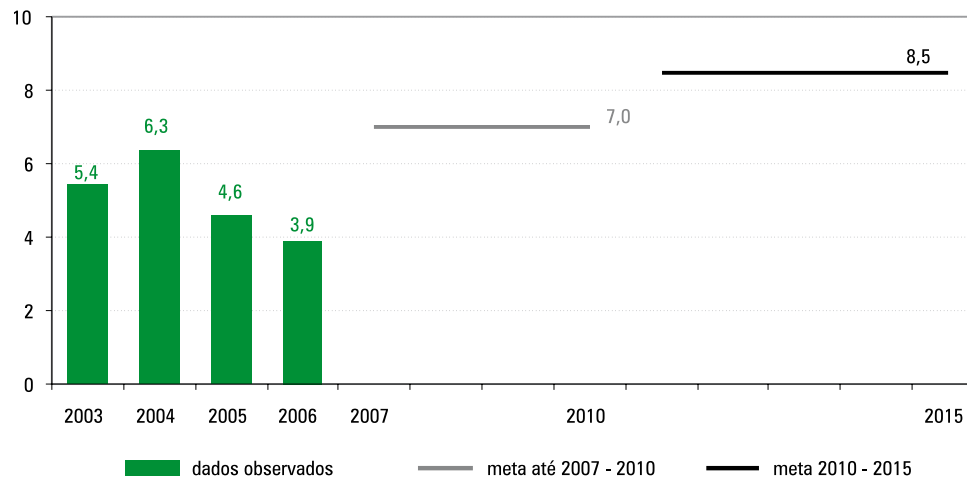
Descrição: Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano.

Fonte: Empresa de Planejamento Energético – EPE

Meta:

- Crescimento médio de 7,0% a. a (até 2010)
- Crescimento médio de 8,5% a. a (de 2010 a 2015)

Status: ↓ Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta



Tendências

Desde 1998, a taxa anual de crescimento da oferta interna de energia só ultrapassou o limite de 5,0% no ano de 2004. Na média, entre 2001 e 2006, o crescimento da oferta interna de energia foi de apenas 2,9%.

A tendência atual é de que o custo exigido para garantir a oferta de energia necessária ao desenvolvimento econômico seja cada vez maior. No Brasil, em particular, as restrições ambientais e a redução da disponibilidade hídrica de baixo custo e localizada próxima aos centros de consumo são fatores que impactam diretamente o custo da oferta adicional de energia.

Assim, possivelmente, a taxa de crescimento da oferta de energia para os próximos anos, no que depender das tecnologias atualmente em uso, deve ser inferior ao observado na fase da expansão e modernização da indústria de energia elétrica no Brasil. Durante a década de 70, o País apresentou taxa média de expansão da oferta interna de energia da ordem de 5,6%.

O desenvolvimento econômico não pode contar, então, com disponibilidade energética ilimitada e de baixo custo. Associado ao crescimento da oferta interna de energia, torna-se fundamental a realização de ações de eficiência energética, de racionalidade do uso e de desenvolvimento de novas tecnologias energéticas (fontes alternativas).

Agenda

- Realizar ações que favoreçam a aprovação de um marco regulatório de incentivo ao uso de fontes renováveis de energia elétrica no Brasil;
- Implementar convênio com a Eletrobrás sobre “Eficiência Energética na Indústria”.
- Realizar estudos sobre: “Impactos do preço da energia elétrica sobre a competitividade da indústria” e “Gás Natural – Perspectivas de mercado e consumo industrial”.

11. Investimento em Infra-estrutura dos Transportes em proporção do PIB

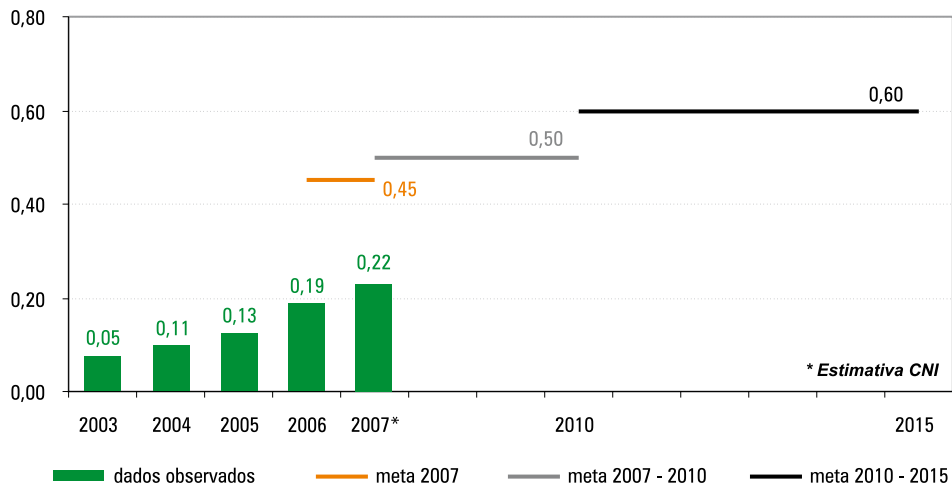
Descrição: Total investido em infra-estrutura dos transportes pelo governo federal em relação ao PIB.

Fonte: Ministérios dos Transportes

Meta:

- Alcançar 0,45% até 2007
- Alcançar 0,50% até 2010
- Alcançar 0,60% até 2015

Status: ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

Os investimentos em infra-estrutura realizados pelo Ministério dos Transportes (MT) retornaram, em 2006, aos patamares de 2001 (0,19% do PIB).

Em 2007, os investimentos do MT devem ficar na casa dos 0,22% do PIB, segundo estimativas da CNI. O lançamento do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, em janeiro daquele ano, certamente influenciou positivamente na tendência de aumento de inversões no setor, ainda que os resultados concretos do PAC estejam aquém das expectativas geradas na indústria.

É razoável pensar na manutenção da tendência observada nos dois últimos anos, de acréscimo de 0,03 pontos percentuais do PIB ao ano. Dessa forma, a meta definida pela indústria de 0,60% a partir de 2015 só seria atingida em 2021. Numa visão otimista da capacidade do PAC de impulsionar os investimentos, o acréscimo poderia chegar por volta de 0,05% ao ano, o que implicaria no alcance da meta entre 2014 e 2015.

Os principais entraves à expansão dos investimentos em infra-estrutura de transportes podem ser agrupados em três eixos. No primeiro, há as dificuldades de gestão que se materializam, tanto na baixa capacidade de planejamento como na reduzida capacidade de execução dos projetos pelo MT e DNIT. O segundo eixo se refere à ausência de uma visão integrada de logística que oriente as diversas ações para o objetivo da competitividade. O terceiro grupo está associado à necessidade de se reforçar ainda mais o ambiente institucional e regulatório, com a conclusão da implantação dos marcos regulatórios e com o fortalecimento das agências reguladoras do setor (ANTT, ANTAQ e ANAC).

Agenda

- Desenvolver ações para melhoria da gestão pública, em especial para modernizar as administrações portuárias, e diminuir obstáculos burocráticos aos investimentos.
- Defender a independência decisória, autonomia financeira, delimitação precisa de suas funções, transparência na atuação e excelência técnica para as Agências Reguladoras.
- Elaborar estudos com propostas de política para determinados setores, como o de transporte marítimo de cabotagem de cargas e de transporte aéreo.
- Melhorar o sistema interno de informações e acompanhamento do desenvolvimento da infra-estrutura no País.

12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto

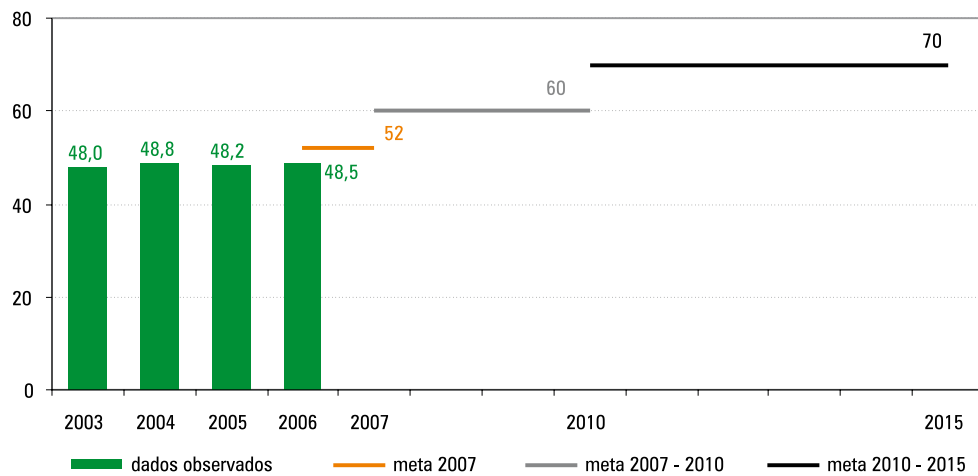
Descrição: Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto em relação ao total de domicílios no Brasil.

Fonte: PNAD / IBGE

Meta:

- Alcançar 52% até 2007
- Alcançar 60% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status: ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

A porcentagem de domicílios atendidos por rede coletora de esgoto tem se mantido na faixa dos 48,5%, nos últimos anos. A alteração dessa tendência depende da efetivação da Lei 11.445/07 e da evolução dos investimentos do PAC. Mantido o quadro dos últimos anos, a meta de 60% atendidos até 2010 se mostra difícil de ser atingida.

Após mais de 20 anos de discussões, em janeiro de 2007 foi sancionada a Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

O setor de saneamento básico conta com recursos anuais do PAC da ordem de R\$ 10 bilhões, mas não consegue executar 1/3 desse montante. Os estudos e projetos executivos, em sua grande maioria, são de baixa qualidade. Faltam técnicos qualificados para desenvolver os projetos do lado do tomador dos recursos, principalmente as prefeituras. Além disso, no âmbito institucional, a questão da titularidade das outorgas ainda não está resolvida. Falta a definição da posição do STF.

Agenda

- Incentivar Parcerias Público-Privadas no setor de saneamento;
- Apoiar os esforços de aumento dos investimentos, por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES;
- Acompanhar a efetivação da Lei 11.445/07.

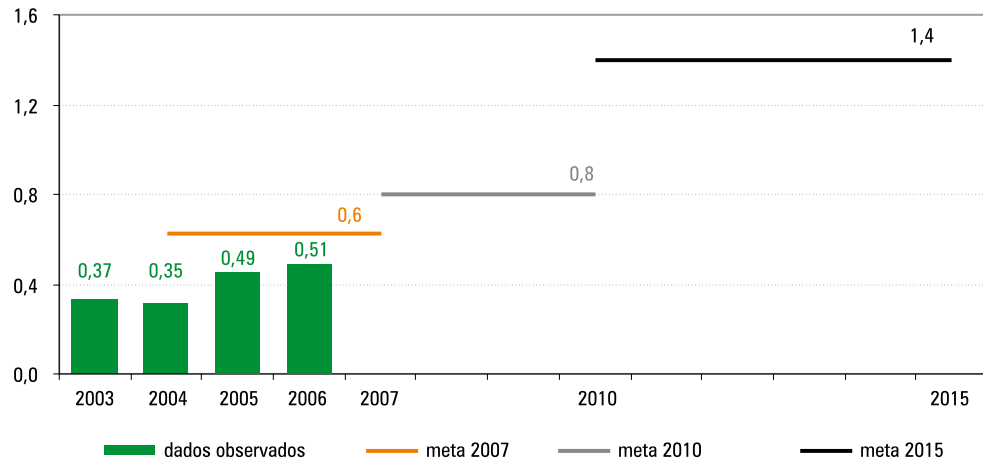
13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB

Descrição: Volume de investimentos privados em inovação em relação ao PIB.

Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT

- Meta:**
- Alcançar 0,60% até 2007
 - Alcançar 0,80% até 2010
 - Alcançar 1,40% até 2015

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

Os investimentos privados em P&D, em relação ao PIB, cresceram ao longo do início da década.

Em 2006 entraram em operação vários instrumentos previstos na Lei de Inovação e na Lei do Bem que facilitam o processo de inovação nas empresas: concessão direta de recursos financeiros, tais como crédito, capital de risco, subvenção econômica, auxílios financeiros e bolsas de pesquisa e estudo, bem como incentivos fiscais.

A tendência é que com o início da operação destes instrumentos de estímulo a inovação, e, se ultrapassados os obstáculos ligados aos riscos jurídicos já identificados na aplicação das novas leis, os investimentos privados em inovação sofram incremento ainda maior nos próximos anos.

Cabe ressaltar, no entanto, que, em novembro último, o Ministério de Ciência e Tecnologia divulgou o Plano de Ação 2007-2010 que destina, para o período, em torno de R\$ 20 bilhões para a inovação nas empresas. Com as várias ações propostas no Plano, o governo tem, como meta, elevar a participação de recursos empresariais destinados a P&D de 0,51% em 2006, para apenas 0,65% do PIB, em 2010. Este valor é mais modesto do que o proposto no Mapa Estratégico da Indústria para o mesmo ano, de 0,8% do PIB.

Agenda

- Consolidar a implantação do marco regulatório de fomento ao desenvolvimento industrial e tecnológico, em especial da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).
- Ampliar o acesso aos mecanismos de fomento da atividade inovativa por meio da difusão e implantação de instrumentos de financiamento e subvenção.
- Utilizar o poder de compra do estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas, seja na compra direta de fornecedores, seja no estabelecimento de requisitos de contrapartidas comerciais (offsets) em aquisições de produtos importados.

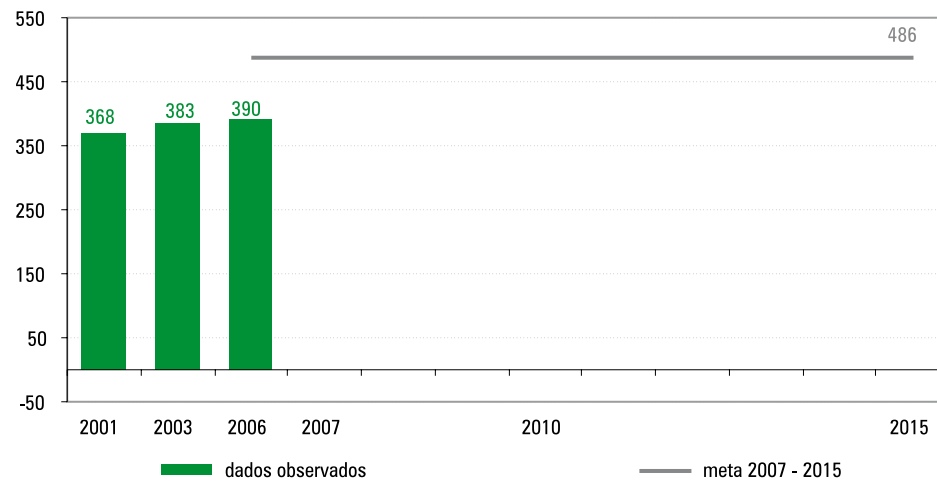
14. PISA

Descrição: *Programme for International Student Assessment (PISA)* é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, matemática e ciências.

Fonte: OECD

Meta: ■ Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015

Status: ↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado



Tendências

A falta de qualificação da mão-de-obra é um dos principais entraves ao crescimento sustentado no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Ensino (PISA) exhibe um quadro que precisa ser superado: o estudante brasileiro é o que apresenta menor capacidade de compreensão em leitura e menor conhecimento em matemática e ciências, quando comparados aos países da OCDE.

O quadro se torna ainda mais grave quando não se observam mudanças substantivas para os próximos anos. A nota média dos estudantes brasileiros manteve-se praticamente estável na década (não ultrapassou 400 pontos), muito distante da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria (500 pontos). Uma nota média de 500 pontos é equivalente ao desempenho dos estudantes da Espanha no início desta década.

Agenda

- Universalizar a educação básica com qualidade.
- Fortalecer a educação profissional.
- Estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente do trabalho.
- Apoiar o “Movimento Todos pela Educação”.

15. Domicílios com acesso à internet

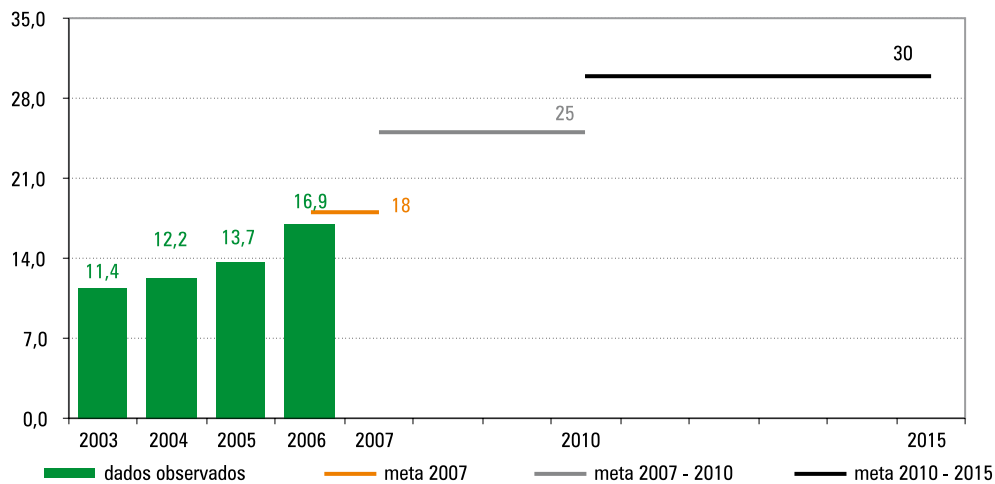
Descrição: Número de domicílios com acesso à internet em relação ao total de domicílios no Brasil.

Fonte: PNAD / IBGE

Meta:

- Alcançar 18% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

Em 2006, a produção de equipamentos de informática cresceu 51,6%. Em 2007, não obstante a alta base de comparação, a produção cresceu adicionalmente 14,4%. Trata-se de um dos setores mais dinâmicos da economia, beneficiado não só pela expansão do crédito, que dinamizou as vendas, como também por incentivos fiscais.

O setor de informática no Brasil é o caso emblemático de como uma medida de desoneração tributária pode impulsionar o crescimento da produção. A Lei do Bem, instituída em 2005, reduziu a carga tributária de produtos de informática e estimulou a produção e venda de computadores no Brasil, gerou empregos e aumentou a competitividade do produto nacional frente ao importado.

Com mais computadores, o acesso à internet ampliou-se. O percentual de domicílios com acesso à internet elevou-se de 13,7% em 2005 para 16,9% em 2006 e as estimativas são de 20% em 2007, suplantando a meta estabelecida no Mapa da Indústria.

Agenda

- Disseminar a importância da banda larga como infra-estrutura estratégica para o desenvolvimento do país.
- Estimular o acesso de escolas e estudantes à internet.
- Contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso dos domicílios à internet.

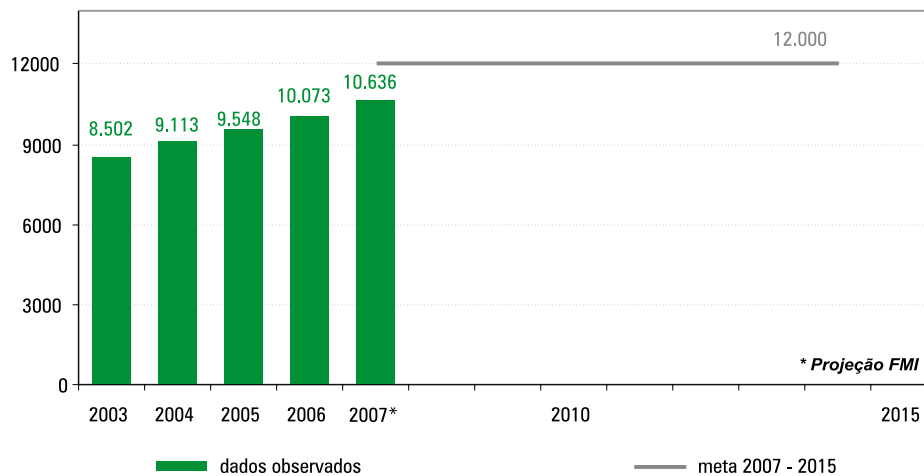
16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra

Descrição: Renda por habitante expressa em dólares ajustadas ao poder de compra da população.

Fonte: Fundo Monetário Internacional - FMI

Meta: ■ Alcançar 12.000 PPP até 2015

Status: ↑ Convergindo para a meta



Tendências

A renda per capita no Brasil é de aproximadamente US\$ 10 mil – os valores são referentes a 2006 e expressos em dólares ajustados pelo poder de compra do país. Desde 2004, cresce a um ritmo superior a 5% ao ano. Apesar de todo o dinamismo recente, a renda per capita no Brasil ainda está muito aquém de alguns vizinhos sul-americanos, como Argentina (US\$ 16 mil), Chile (US\$ 13 mil) ou Uruguai (US\$ 12 mil).

A renda per capita deve expandir-se expressivamente nos próximos anos, baseando-se tanto no crescimento do PIB, que dá sinais de que iniciou uma trajetória de crescimento mais intensa e menos volátil, e no menor crescimento demográfico.

A taxa de crescimento demográfico, que era de 1,6% ao ano no fim da década passada, recuou para 1,2% ao ano na primeira metade desta década e deve caminhar para algo próximo ou até inferior a 1% ao ano no fim desta década. Ou seja, a combinação de taxas mais elevadas de crescimento econômico e taxas mais reduzidas de crescimento populacional devem fazer com que a renda per capita no Brasil se expanda.

Agenda

- Atuar na implementação das políticas que buscam acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade (ações do Mapa Estratégico da Indústria).

17. Índice de GINI

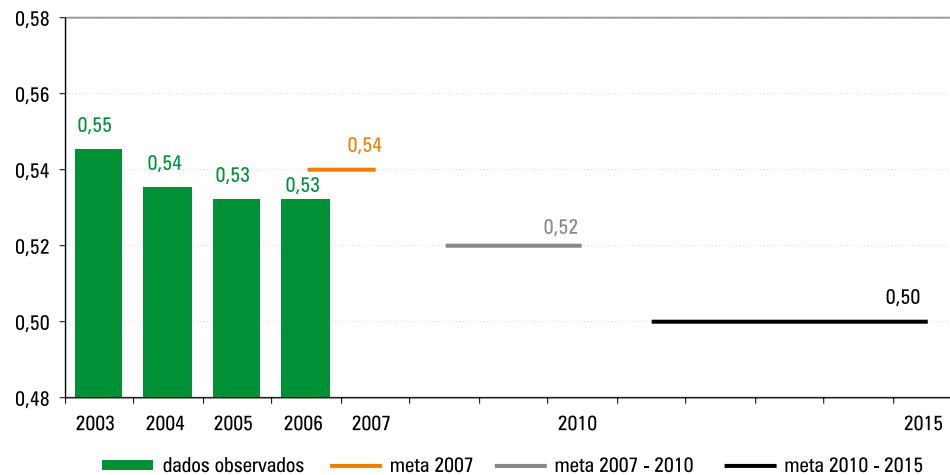
Descrição: Mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 1 (um) corresponde à completa desigualdade.

Fonte: PNAD / IBGE

Meta:

- Alcançar 0,54 até 2007
- Alcançar 0,52 até 2010
- Alcançar 0,50 até 2015

Status: ● Atingiu a meta



Tendências

O crescimento econômico no Brasil vem acompanhado de distribuição de renda. O índice de Gini, que apura o nível de concentração de renda de um país, está se reduzindo, o que indica uma melhor repartição da renda no Brasil. Crescimento econômico com distribuição de renda: esse é o objetivo proposto no Mapa da Indústria.

Alguns fatores garantem a maior distribuição de renda: em primeiro lugar, o fato de a expansão da economia vir acompanhada de geração de postos de trabalho e ampliação da massa de salários. Além disso, há também políticas governamentais ativas de distribuição de renda: as mais emblemáticas são o Bolsa-Família – programa que atinge um universo de 11 milhões beneficiários ou um quarto dos domicílios no Brasil – e a política de reajuste do salário mínimo em taxa superior à inflação.

O índice de Gini apurado em 2007 já supera a meta estabelecida no Mapa da Indústria para o triênio 2005/2007. As perspectivas são de que o indicador permaneça em queda e também supere a meta estabelecida para os próximos anos.

Agenda

- Promover o desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos que reduzam a desigualdade econômica.
- Apoiar as políticas públicas que visam a redução das desigualdades buscando sua maior eficiência e focalização.

18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

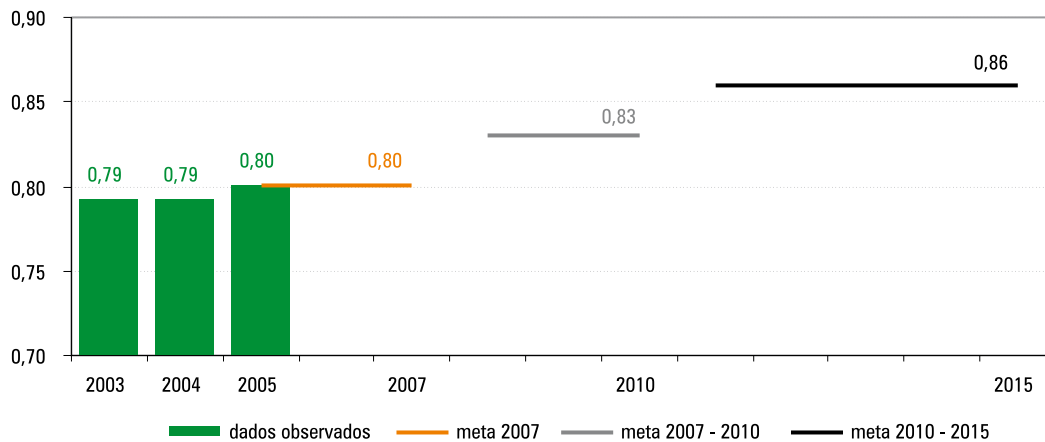
Descrição: Mede o nível de bem-estar de uma população, considerando longevidade, renda per capita e grau de escolaridade.

Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Meta:

- Alcançar 0,80 até 2007
- Alcançar 0,83 até 2010
- Alcançar 0,86 até 2015

Status: ● Atingiu a meta



Tendências

Em 2005, o Brasil passou a fazer parte da lista dos países com alto desenvolvimento humano. O IDH do Brasil alcançou 0,80. Esse índice era exatamente a meta proposta pelo Mapa da Indústria, o que mostra satisfação das instituições empresariais com os avanços dos indicadores na área social.

O índice de desenvolvimento humano é calculado a partir de três fatores: renda, longevidade e grau de escolaridade médios da população brasileira. Todos os três indicadores apontam para crescimento no Brasil – em especial a renda – e sinalizam melhoras adicionais nos próximos anos.

Dos três indicadores, o que apresenta o maior desafio é o da escolaridade: é o que mais distancia o Brasil do resto do mundo. Muitas ações do governo voltaram-se para aumentar a taxa de escolaridade da população brasileira. Atualmente, quase a totalidade da população de 7 a 14 anos está matriculada na escola. Mas o tempo médio de estudo e a qualidade do ensino ainda são baixos, comparados aos demais países emergentes.

Agenda

- Apoiar medidas que visem aumentar a escolaridade da população brasileira.

